



Ata da 7ª (sétima) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Altaneira, realizada no dia 30 (trinta) de Março de 2026 (dois mil e vinte e seis), 2ª (segunda) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura.

Às 17 (dezesete) horas do dia 30 (trinta) de março de 2026 (dois mil e vinte e seis), na sede do Poder Legislativo, situada à Rua Padre Luiz Antônio, nº 389 (trezentos e oitenta e nove), Centro, reuniu-se em Sessão Ordinária de forma presencial, os integrantes da Câmara Municipal de Altaneira sob a Presidência do Presidente Vereador Professor Deza Soares e secretariados pela Vereadora Tia Janne. Pelo Termo de Comparecimento registrou-se a presença dos Vereadores: Júnior do Povo; Paulo Geaneo; Professor Nonato; Professora Ana Maria; Sérgio Morato e Zé de Zuza. A ausência do Vereador Paulo Robson foi justificada devido ao mesmo estar de licença para tratamento de saúde. Havendo assim número regimental de Parlamentares, o Presidente declarou aberta a Sessão, cumprimentando a todos os presentes e ouvintes, e fazendo a dispensa da leitura da Ata anterior, que foi previamente distribuída às bancadas, que não apresentaram ressalvas, sendo aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE:** Item 1: Projeto de Lei nº 006/2026, de autoria do Poder Executivo, que cria os componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar - SISAN, define os parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências – Relator sorteado: Vereador Paulo Robson; Item 2: Projeto de Lei nº 007/2026, de autoria do Poder Executivo, que institui o programa "refis 2026" no âmbito do município de Altaneira - CE, estabelecendo procedimentos para transação especial de débitos fiscais, mediante concessões mútuas, nas condições que indica, e adota outras providências – Relator sorteado: Vereador Paulo Geaneo. Relatoria não aceita, matéria encaminhada à Comissão Permanente; Item 3: Ofício nº 059/2026, do Poder Executivo, em resposta ao Requerimento nº 012/2026, encaminhado pelo Ofício nº 016/2026/GP, de autoria do Vereador Professor Nonato, que solicita a isenção do pagamento do IPTU para os proprietários de terrenos ou lotes que sejam contemplados com os auxílios sociais dos Governos Federal, Estadual e/ou Municipal; Item 4: Ofício nº 060/2026, do Poder Executivo, referente a sanção das Leis Municipais nºs: 1.008/2026 e 1.009/2026; Item 5: Ofício nº 36/2026, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, em resposta ao Requerimento nº 011/2026, de autoria do Vereador Sergio Morato, solicitando a construção de lombadas elevadas devidamente sinalizadas com faixas de pedestres na Avenida Francisco Alves Bitu, zona urbana deste município; Item 6: Convite, do Ministério da Educação, para o Seminário Estadual "Políticas Públicas para a Primeira Infância: Diagnóstico e Ação"; Item 7: Ofício nº 0026/2026, da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude, em resposta ao Requerimento nº 005/2026; Item 8: Ofício nº 193/2026, da Secretaria Municipal de Educação, em resposta ao Ofício nº 027/2026/GP, que aborda o Requerimento nº 020/2026, aprovado na sessão ordinária no dia 16 de março de 2026; Item 9: Ofício nº 040/2026, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, em resposta ao Requerimento nº 019/2026 — autoria do Vereador Júnior do Povo, solicitando a recuperação imediata da estrada vicinal na comunidade sítio Tabuleiro; Item 10: Ofício Circular nº 21/2026, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, apresentando a iniciativa "Meu Município pelo ODS"; Item 11: Ofício nº 001/2026, do Vereador Zé de Zuza, referente a indicação para preenchimento de vaga na suplência da Comissão Permanente e Item 12: Projeto de Lei nº 006/2026, de autoria do Vereador Júnior do Povo, que dispõe sobre a denominação de rua no Município de Altaneira em homenagem a Antônia Pereira de Alencar (Toinha Tenório), e dá outras providências – Relator sorteado: Vereador Professor Nonato. Relatoria não aceita, matéria encaminhada à Comissão Permanente. Pela ordem, o vereador Júnior do Povo registrou que recebeu resposta tardia ao requerimento apresentado, ressaltando que o prazo de resposta foi de aproximadamente um mês. Destacou que, mesmo diante da negativa, entende que há condições de atendimento da demanda, enfatizando sua relevância para a comunidade. O vereador destacou a importância da instalação de telas nas quadras e na areninha,



afirmando tratar-se de medida de segurança tanto para os atletas quanto para o público que frequenta os espaços. Informou que, caso a solicitação não seja atendida, apresentará projeto de indicação e levará a demanda ao conhecimento da sociedade e dos usuários desses equipamentos esportivos, ressaltando que a pauta não é de interesse pessoal, mas de toda a coletividade. Em seguida, manifestou insatisfação com a resposta ao Requerimento nº 019, encaminhada pelo Secretário de Infraestrutura, Antônio Leite. Segundo o vereador, foi alegado que, em razão do período chuvoso, não seria possível realizar intervenções, porém relatou que máquinas do município estariam sendo utilizadas em áreas particulares no município vizinho de Assaré, inclusive para execução de estradas. Diante disso, cobrou prioridade para a realização de obras dentro do próprio município, especialmente em localidades que se encontram em situação crítica de trafegabilidade, citando trecho de estrada em condições precárias, conforme relatos de moradores. Reforçou que a demanda não se trata de interesse individual, mas de reivindicação da população local, solicitando maior sensibilidade da gestão municipal para atender às necessidades da comunidade. Seguindo para os registros da Presidência, o Presidente Professor Deza Soares iniciou registrando sua participação, juntamente com o Vereador Paulo Robson, no encontro do TCEduc Regional 2026, realizado no dia 17 (dezessete) de março, no Centro de Eventos do Cariri. Destacou que o evento, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará em parceria com o Instituto Plácido Castelo, abordou temas relevantes para a gestão pública, como primeira infância, saneamento, ouvidoria, prestação de contas e licitações, reforçando o compromisso do Legislativo com a qualificação e a transparência. Em seguida, comunicou a alteração na data da sessão ordinária anteriormente prevista para o dia 23 (vinte e três) de março, que não foi realizada em virtude da antecipação do feriado estadual da Data Magna do Ceará para essa mesma data, conforme ato normativo e decreto municipal, sendo devidamente divulgada a justificativa. O Presidente também registrou ações institucionais realizadas pela Câmara, destacando a publicação alusiva ao Dia Internacional da Síndrome de Down, em 21 (vinte e um) de março, reafirmando o compromisso com a inclusão, o respeito e a valorização das pessoas. Do mesmo modo, ressaltou a homenagem à Data Magna do Ceará, celebrada em 25 (vinte e cinco) de março, enfatizando seu significado histórico na libertação dos escravizados e a importância dos valores de liberdade, igualdade e justiça. Na sequência, manifestou profundo pesar pelo falecimento do ex-vereador e ex-presidente da Câmara, Raimundo Arrais de Oliveira, conhecido como Raimundo Rufino, ressaltando sua trajetória marcada por relevantes serviços prestados ao município, com atuação em três legislaturas como vereador e quatro mandatos como presidente da Casa. Informou que o velório ocorreu no espaço da Câmara Municipal e que foram prestadas homenagens na igreja matriz, inclusive com decretação de luto oficial, hasteamento da bandeira municipal a meio mastro, solidarizando-se com os familiares. Estendeu ainda condolências à todas as famílias enlutadas no município. O Presidente registrou também felicitações ao Vereador Paulo Robson pela passagem de seu aniversário, desejando-lhe saúde, paz e sucesso. Registrou ainda a pauta da sessão, lembrando as leituras realizadas no expediente, bem como registrou a ordem do dia, que haverá deliberação sobre importantes matérias. Por fim, o Presidente registrou homenagem antecipada aos 36 (trinta e seis) anos da Lei Orgânica do Município de Altaneira, a serem completados amanhã, 31 (trinta e um) de março, ressaltando sua importância como principal instrumento jurídico do município. Destacou o trabalho dos vereadores constituintes responsáveis por sua elaboração, bem como relembrou as atualizações realizadas no ano de 2011 (dois mil e onze) e 2023 (dois mil e vinte e três), sob sua Presidência, reafirmando o compromisso com a democracia, a organização institucional e o desenvolvimento do município. Encerrando sua fala, reiterou a importância da Lei Orgânica como base para a construção de uma sociedade mais justa, transparente e comprometida com o bem coletivo. **TEMA LIVRE:** a vereadora Professora Ana Maria iniciou sua fala externando condolências às famílias enlutadas, em especial aos familiares de Dona Cícera Cristóvão e do ex-vereador e ex-presidente da Câmara, Raimundo Arrais de Oliveira, conhecido como Raimundo Rufino, desejando conforto, paz e descanso eterno aos falecidos. Em seguida, parabenizou o vereador Paulo Robson pela passagem de seu aniversário, destacando suas qualidades pessoais, dedicação aos estudos e



compromisso com seus objetivos, desejando-lhe saúde, paz, prosperidade e uma vida longa e feliz. Na continuidade, relatou visita realizada à Secretaria de Educação, onde se reuniu com o secretário, professor Adeilton, acompanhando de perto as demandas da rede municipal de ensino. Informou que também dialogou com a equipe responsável pela educação inclusiva, tomando conhecimento dos projetos em desenvolvimento nas escolas e apresentando proposta de sua autoria voltada às pessoas atípicas, a qual seria submetida à votação nessa sessão. A vereadora destacou a importância do acompanhamento das ações e projetos desenvolvidos no município, enfatizando o compromisso da equipe com a educação inclusiva. Por fim, parabenizou todos os profissionais envolvidos e reafirmou a necessidade de fortalecer políticas públicas que garantam o direito a uma educação de qualidade para todos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa. O vereador Professor Nonato também externou condolências às famílias enlutadas, em especial à família de Seu Jesus de Naninha, à família Cristóvão, na pessoa de César Cristóvão, e à família Rufino, desejando conforto a todos os familiares. Na sequência, voltou a tratar sobre um tema já mencionado em outras ocasiões, acrescentando que foi procurado por meios de comunicação para se manifestar sobre um processo que estaria sendo movido contra sua pessoa pela prefeita e pelo secretário de Educação, o qual considera de natureza política, em razão de sua atuação no Legislativo, por não se corromper nem se deixar intimidar por promessas ou ameaças. Afirmou que irá se defender e que aguarda que sejam comprovadas as acusações feitas contra ele. Após, apresentou sua trajetória profissional, destacando que ingressou no serviço público por meio de concurso realizado na gestão do ex-prefeito Antônio Dorival, de quem era adversário ferrenho, ficando em segundo lugar para o cargo de professor de História. Informou que atuou como diretor da Escola 18 de Dezembro por dois anos, trabalhou como técnico na secretaria com o Presidente Professor Deza Soares e, posteriormente, na gestão do ex-prefeito Delvamberto, foi transferido para lecionar no Distrito do São Romão. Ressaltou ainda que exerce a profissão de professor há 22 (vinte e dois) anos e que também foi aprovado em concurso no município de Juazeiro do Norte, onde atua há 16 (dezesseis) anos, tendo concorrido com 280 (duzentos e oitenta candidatos) para 10 (dez) vagas e conquistando o 4º (quarto) lugar. O vereador destacou que todas as suas conquistas foram obtidas por mérito próprio, sem favorecimentos, e que não possui mandato baseado em interesses pessoais ou compromissos financeiros, mas sim voltado à defesa da população. Afirmou que sua postura pode estar incomodando, mas que continuará exercendo seu mandato até o final, em 31 (trinta e um) de dezembro de 2028 (dois mil e vinte e oito), sem se submeter a propostas indevidas. Relatou já ter enfrentado outros processos, afirmando que este seria o segundo, e que continuará se defendendo, destacando que tais situações não o intimidam, mas o fortalecem, especialmente por sua origem humilde e pela busca de espaço na sociedade por meio do esforço próprio. Afirmou ainda que, nos últimos anos, foi o único vereador que teve a coragem de “bater de frente” com o ex-prefeito Dariomar, sendo, inclusive, candidato a presidente na Casa sem o consentimento do ex-gestor. Por fim, ressaltou que sempre manteve postura respeitosa com adversários políticos, tratando-os como tal apenas no período eleitoral, sem levar divergências para o campo pessoal. Citou exemplos de convivência respeitosa com outros agentes políticos e afirmou que suas discussões sempre se limitaram ao campo das ideias. Encerrou colocando-se à disposição da população para prestar mais esclarecimentos. O vereador Júnior do Povo iniciou sua fala manifestando solidariedade às famílias enlutadas, em especial à família de Seu Jesus, da comunidade Samambaia, à família do ex-vereador e ex-presidente da Câmara, Raimundo Rufino, e à família de Dona Cícera Cristóvão, desejando que Deus conceda conforto e acolha os falecidos. Depois, prestou solidariedade ao vereador Professor Nonato, em razão dos ataques que, segundo afirmou, vêm sendo sofridos, afirmando acreditar que a gestão não tem onde aplicar o dinheiro do município para que o nome do colega seja divulgado nas mídias sociais e destacando que nenhum parlamentar está imune a esse tipo de situação. Ressaltou a importância de respeito entre os membros do Legislativo e afirmou que cabe à Justiça apurar os fatos, sem julgamentos precipitados. Relatou ainda que também foi alvo de perseguição política com transferência de local de trabalho para o Sítio Tabuleiro. Informou que buscou seus direitos na Justiça, obtendo decisão favorável, inclusive em

Deza Soares

Antônio Dorival

Júnior

Júnior do Povo

Deza Soares

Nonato



segunda instância, destacando que continuará firme no exercício de suas funções. Também citou sua aprovação em concurso público por mérito próprio. Na sequência mencionou o orçamento no valor de R\$ 9.569.718,00 (nove milhões, quinhentos e sessenta e nove mil e setecentos e dezoito reais), aprovado para a secretaria de Infraestrutura, ao mesmo tempo em que criticou a utilização de máquinas do município em áreas fora de Altaneira, inclusive em terras particulares no município de Assaré, enquanto, segundo ele, há estradas em condições precárias no próprio município. Considerou incoerente a justificativa de impossibilidade de realização de serviços devido ao período chuvoso e cobrou prioridade para atender as demandas locais. O vereador também cobrou esclarecimentos da secretaria de Saúde quanto à falta de transporte para pacientes, relatando o caso de uma idosa que não conseguiu veículo para se deslocar para atendimento, apesar da existência de frota registrada no portal da transparência. Questionou ainda possíveis atrasos na realização de exames laboratoriais, mencionando prazo superior a 90 (noventa) dias, sem resposta da gestão. Prosseguindo, solicitou ao secretário de Infraestrutura providências quanto à manutenção da iluminação da quadra da comunidade do Tabuleiro, informando que os jovens estariam impossibilitados de utilizar o espaço devido à falta de iluminação, questionando se a falha estaria na atuação de empresa terceirizada ou na gestão. Por fim, criticou a realização de processo seletivo na área da educação, mencionando o Edital nº 01/2026, alegando ausência de critérios definidos. A vereadora Tia Janne também externou condolências às famílias Cristóvão e Rufino. Destacou a trajetória de Raimundo Rufino como importante liderança política do município, ressaltando seus mandatos como vereador e presidente da Câmara, e informou que apresentará projeto de lei para homenageá-lo. Em seguida, parabenizou o vereador Paulo Robson pela passagem de seu aniversário. Após, destacou o mês de março como dedicado às mulheres, informando que o evento previsto para o dia 28 (vinte e oito) foi adiado, sendo posteriormente divulgada nova data. Ressaltou que a iniciativa é um compromisso da Câmara, por meio da Procuradoria da Mulher, com o objetivo de valorizar, acolher e fortalecer políticas públicas voltadas às mulheres, incluindo ações de enfrentamento ao feminicídio e incentivo à participação feminina na política. A vereadora também destacou a secretaria de Assistência Social pela conquista de reconhecimento com selo nacional, parabenizando a secretária e toda a equipe. Na área da educação, ressaltou a conquista do Selo Ouro do Compromisso Nacional com a Alfabetização, mencionando cerimônia realizada em Brasília, com a presença de autoridades, incluindo o Presidente Lula, e parabenizou a gestão municipal, o secretário de Educação e todos os profissionais envolvidos, registrando que essa foi uma conquista de todos. Na área da saúde, relatou visita ao Hospital Municipal Euclides Nogueira, onde tomou conhecimento da realização de mutirão de exames de eletrocardiograma, destacando a importância da iniciativa para agilizar atendimentos e melhorar a assistência à população, parabenizando os profissionais da unidade. Ademais, ao tratar das denúncias envolvendo o vereador Professor Nonato, afirmou que qualquer parlamentar está sujeito a acusações, porém destacou que a questão em discussão diz respeito à apresentação de frequências em período no qual, segundo alegações, não houve exercício da função. Afirmou ainda que se trata de provas de que o vereador teria recebido gratificação sem trabalhar, o que teria gerado repercussão na população, especialmente considerando a realidade de trabalhadores que cumprem regularmente suas atividades. O vereador Sérgio Morato iniciou sua fala parabenizando o vereador Paulo Robson pela passagem de seu aniversário, destacando sua amizade, aprendizado e a importância da troca de experiências entre os parlamentares, ressaltando a necessidade de humildade para aprender com os mais experientes. Em seguida, registrou que a semana foi marcada por perdas, externando condolências às famílias de Cícera Cristóvão, da comunidade Taboquinha, de Seu Jesus, da comunidade Samambaia, e do ex-vereador e ex-presidente da Câmara, Raimundo Arrais de Oliveira, conhecido como Raimundo Rufino. Na oportunidade, prestou homenagem a Raimundo Rufino, destacando sua trajetória pessoal e política, mencionando sua origem na Serra do Valério, sua atuação como um dos primeiros enfermeiros do município, seu trabalho como auxiliar de dentista, além de sua atuação política como vereador por três legislaturas e presidente da Câmara por quatro mandatos. Ressaltou ainda sua contribuição para o esporte local, como fundador da Associação Esportiva Altaneirense, e sua



participação em manifestações culturais, como a Festa do Pau da Bandeira de Santa Teresa. Destacou também sua atuação solidária, especialmente em períodos de seca, auxiliando a população com abastecimento de água. Por fim, reconheceu o legado deixado à família e à população de Altaneira. Dando continuidade, fez convite à população para o Festival Cultural Caretas 2026 (dois mil e vinte e seis), a ser realizado amanhã, às 18 (dezoito) horas e 30 (trinta) minutos, no Calçadão, e também para a final de competição esportiva na comunidade Taboquinha, entre as equipes Caixa d'Água e Maniçoba, no sábado, às 15 (quinze) horas, convidando vereadores e população em geral a participarem. Também tratou das denúncias envolvendo o vereador Professor Nonato, afirmou que o vereador tem seus méritos por aprovação de concursos, contudo, afirmou que o questionamento levantado refere-se ao período de 2021 (dois mil e vinte e um) a 2024 (dois mil e vinte e quatro), indagando onde o vereador teria exercido o cargo de professor no período citado. Afirmou ainda que, caso haja comprovação do exercício, a situação estará esclarecida. Acrescentou que, em casos de alegada perseguição, o caminho adequado é a busca pelos órgãos competentes, como o Ministério Público. Pela ordem, o vereador Professor Nonato afirmou que atualmente não está em exercício de suas funções em razão de perseguição política. Esclareceu, contudo, que no ano de 2021 (dois mil e vinte e um), devido a pandemia, o trabalho na educação ocorreu de forma híbrida e que, no período de 2022 (dois mil e vinte e dois) a 2024 (dois mil e vinte e quatro), trabalhou na secretaria de Educação, no mesmo local onde atua a esposa do secretário, afirmando que ela comete crime de nepotismo. Destacou que, à época, não possuía vínculo de parentesco com integrantes da gestão e que há registros funcionais que comprovam sua atuação, como portarias e livro de frequência, os quais já solicitou formalmente. Citou outros munícipes que atualmente trabalham onde ele trabalhou anteriormente, como a esposa do advogado Joaquim Soares (Deurisberto), Reginaldo Venâncio e Karen Venâncio, sobrinha do secretário Adeilton, afirmando que esta última também comete crime de nepotismo. O vereador explicou ainda a estrutura de funcionamento da educação municipal, mencionando que há profissionais atuando em escolas e também na secretaria, reforçando que seu exercício ocorreu neste último setor. Afirmou que buscará comprovar que não cometeu irregularidades, ao mesmo tempo em que questionou situações envolvendo outros servidores. A vereadora Tia Janne, afirmou não se incomodar com suas críticas e que a admira por ela lhe cobrar por uma denúncia feita pela prefeita e o secretário contra sua pessoa. Todavia, sugeriu a vereadora que ela também cobre a sobrinha de seu esposo, que trabalha no ônibus dos pacientes de Altaneira e segundo o vereador, "entra no ônibus na Asa, vai entregar na Policlínica e depois vai para casa". Afirmou que essa situação não é correta, porém, apenas ele é criticado por "bater de frente". O vereador Paulo Geaneo iniciou sua fala manifestando solidariedade às famílias enlutadas, em especial à família do ex-vereador e ex-presidente da Câmara, Raimundo Arrais de Oliveira, conhecido como Raimundo Rufino, bem como à família de Seu Jesus de Naninha, da comunidade Samambaia, e à família de Dona Cícera Cristóvão. Em seguida, abordou situação relacionada à implantação de ramal de água em nova rua no Sítio Olho D'água. Destacou que se trata de obrigação da empresa Cagece, uma vez que os moradores irão pagar pelo serviço, não sendo, portanto, favor ou benefício concedido. Criticou a utilização política do tema, considerando que a instalação do abastecimento atende a um direito da população. Na sequência, tratou das condições da estrada que liga a localidade do Tabuleiro à região da Baixa Grande, destacando a existência de atoleiros que dificultam o tráfego, especialmente do transporte escolar. Relatou preocupação de moradores, sobretudo de pais de alunos, diante da possibilidade de interrupção do acesso à escola. Defendeu a realização de intervenções imediatas, ainda que paliativas, como colocação de material e nivelamento da via, criticando a justificativa de aguardar o fim do período chuvoso para execução dos serviços. O vereador também mencionou a existência de maquinário no município e cobrou prioridade na utilização desses equipamentos para atender as demandas locais, ao invés de outros serviços. Apesar das críticas, parabenizou a gestão municipal por intervenção realizada na comunidade Samambaia, nas proximidades da residência do senhor Zezé, onde, segundo relatou, havia recorrentes problemas de alagamento. Destacou que a obra solucionou a situação, melhorando o escoamento da água e as condições da via. Em aparte, o vereador

Alcides

Alcides

Alcides

Alcides

Alcides

Alcides

Paulo Geaneo



Júnior do Povo registrou que, ao buscar alunos em municípios vizinhos, é necessário também garantir condições adequadas de estrada e transporte escolar. Ainda na área da educação, mencionou a repercussão de vídeo divulgado nas redes sociais, no qual mães de alunos relataram suposta agressão envolvendo estudante da Escola 18 de Dezembro, fato que, segundo ele, chegou ao conhecimento da comunidade e dos parlamentares. Criticou a postura do secretário e da direção da escola, afirmando que, ao invés de tentar coibir manifestações, deveriam apurar os fatos. O vereador destacou que a Constituição Federal assegura a livre manifestação do pensamento, defendendo que não cabe intimidação da comunidade escolar. Ressaltou que a gestão deveria se posicionar de forma transparente, reconhecendo a situação, investigando os fatos e dialogando com pais e responsáveis, inclusive por meio de reunião escolar. Ao final, reforçou que a responsabilidade pela condução e esclarecimento do caso é da gestão educacional, defendendo respeito aos alunos, pais e à população, e a adoção de medidas adequadas diante da situação relatada. De volta com a fala, o vereador Paulo Geaneo felicitou o vereador Paulo Robson pela passagem de seu aniversário, desejando-lhe saúde, paz, felicidade e bênçãos. Sequentemente, registrou que viu pessoas agradecendo pelas cobranças da população em relação à iluminação pública e por algumas demandas já estão sendo atendidas. Devido a isso, afirmou que a prestação desse serviço não se trata de favor, mas de obrigação do poder público, uma vez que é custeado pela própria população. Destacou que a reposição e manutenção da iluminação, tanto na sede quanto nos distritos, devem ser realizadas de forma regular, garantindo o adequado funcionamento do serviço. O vereador Zé de Zuza iniciou sua fala manifestando solidariedade às famílias enlutadas, em especial à família de Dona Cícera Cristóvão, da comunidade Taboquinha, bem como à família do senhor Raimundo Rufino, destacando o legado deixado por este no município, com atuação como vereador por diversas legislaturas e presidente da Câmara por quatro mandatos. Na sequência, parabenizou o vereador Paulo Robson pela passagem de seu aniversário, desejando-lhe saúde, paz e êxito em sua trajetória. Prosseguindo, registrou informação que considerou positiva para as comunidades da região do Tabuleiro, Taboca, Córrego e Taboquinha, relatando que vem acompanhando ações de perfuração de poços com o objetivo de melhorar o abastecimento de água. Informou que já foi perfurado poço na quadra da comunidade do Córrego, com boa vazão, devendo em breve ser instalado para auxiliar no fornecimento de água, inclusive em parceria com o SISAR. Acrescentou que há previsão de perfuração de novo poço na comunidade da Taboca, aguardando apenas a conclusão de manutenção da máquina, e mencionou ainda tentativa de perfuração na comunidade Taboquinha, onde, devido à profundidade, será necessária a utilização de outro equipamento. Destacou que as ações visam amenizar a falta de água nas comunidades, especialmente no período de estiagem, reduzindo a dependência do abastecimento por carros-pipa e melhorando as condições de vida da população local. Em aparte, o vereador Paulo Geaneo questionou em qual localidade o poço da Taboca seria perfurado. De volta com a fala, o vereador Zé de Zuza esclareceu que será em frente a residência do Sr. José Marinho, mais conhecido como Zé Marinho, acrescentando que a marcação foi feita pelo geólogo e que a documentação já está inteiramente organizada. Também tratou das condições das estradas vicinais, destacando que, assim como outros parlamentares, vivencia diariamente a realidade da zona rural, enfrentando dificuldades causadas por lama e buracos, especialmente no período chuvoso. Informou que já realizou solicitações ao Secretário de Infraestrutura, inclusive em Plenário, pedindo medidas paliativas para melhoria das estradas, principalmente nos trechos utilizados pelo transporte escolar na Baixa Grande. Relatou que, segundo o secretário, os serviços aguardam a disponibilidade de equipamentos do município, como caçamba, para execução das intervenções. O vereador reforçou a necessidade urgente de reparos em acessos de comunidades, mencionando situação crítica em trecho com grande quantidade de buracos, inclusive na região da Lagoa Seca, onde o tráfego de ônibus escolares tem sido prejudicado. Alertou ainda para riscos à segurança dos alunos, em razão das condições das vias. Por isso, reiterou o pedido para que sejam adotadas, com brevidade, medidas paliativas que garantam melhores condições de acesso e segurança para as comunidades atendidas. Em aparte, o vereador Sérgio Morato também abordou a questão da manutenção da iluminação pública e da quadra da Taboquinha. Destacou a



necessidade de compreender corretamente o que se refere à manutenção e aos apontamentos feitos pelos vereadores. Informou que recebeu, naquele momento, vídeo encaminhado pelo secretário, no qual, segundo afirmou, a iluminação da quadra estaria funcionando normalmente. Diante disso, declarou não entender o questionamento apresentado pelo vereador, ressaltando que o local possui iluminação em pleno funcionamento. O vereador Júnior do Povo questionou quando ocorreu a manutenção da iluminação do local, arguindo que foi um primo do secretário Cier Bastos que lhe fez o relato de falta de iluminação. O vereador Sérgio Morato reafirmou que havia recebido o vídeo naquele momento e que nele mostra a iluminação do local. O vereador Zé de Zuza acrescentou que, atualmente, essa quadra pertence a outro território. O vereador Professor Deza Soares reforçou as condolências às famílias enlutadas, já mencionadas anteriormente, e reiterou o registro alusivo aos 36 (trinta e seis) anos de existência da Lei Orgânica do Município. A posteriori, destacou a importância do projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo referente ao REFIS, ressaltando que a iniciativa atende requerimento de sua autoria e tem como objetivo possibilitar a regularização de débitos, especialmente de IPTU, contribuindo tanto para os contribuintes quanto para o aumento da arrecadação municipal. Em seguida, manifestou-se sobre as situações de irregularidades mencionadas durante a sessão, afirmando que, na condição de presidente e vereador, não compactua com qualquer prática irregular, incluindo o recebimento sem a devida prestação de serviço, destacando que, uma vez comprovada, trata-se de ato ilícito, cabendo à Justiça a devida apuração. Também ressaltou que denúncias devem ser feitas quando houver indícios, porém, com responsabilidade, evitando acusações sem fundamento. Mencionou ainda a necessidade de apuração de outras situações levantadas, como uso de máquinas públicas em propriedades privadas e nepotismo na secretaria de Educação. Destacou que tal prática não deveria ocorrer, ressaltando que o próprio secretário da pasta, em momentos anteriores, já havia se posicionado de forma contrária ao nepotismo, inclusive durante sua atuação como parlamentar, o que, segundo o presidente, reforça a necessidade de coerência na condução da gestão. Sobre a denúncia de agressão a alunos, classificou a situação como grave e passível de investigação e, se comprovados, de punição. Reforçou que a Câmara Municipal não deve ser utilizada para práticas de politicagem, devendo os parlamentares atuar com responsabilidade, apurando fatos concretos antes de formalizar denúncias, inclusive junto aos órgãos competentes, como o Ministério Público, quando necessário. Por fim, apresentou comunicado oficial, informando que, com fundamento no Regimento Interno e na legislação municipal, fica decretado ponto facultativo no âmbito da Câmara Municipal de Altaneira no dia 02 (dois) de abril de 2026 (dois mil e vinte e seis) quinta-feira, em razão das celebrações da Semana Santa, considerando também o feriado da Sexta-feira Santa, conforme previsto em lei municipal. **ORDEM DO DIA:** Item 1: Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 001/2026, de autoria do Vereador Paulo Robson, que altera a Lei Orgânica do Município de Altaneira para permitir a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza e adota outras providências. Anunciada a matéria que já havia sido lida e votada em primeiro turno, o Presidente abriu a discussão. O vereador Professor Nonato registrou a posição favorável da bancada do PT, orientando que a bancada de maioria vote favoravelmente à matéria. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade em segundo turno. Item 2: Parecer nº 006/2026, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Resolução nº 001/2026, de autoria do Vereador Paulo Robson, que altera dispositivos da Resolução nº 004/2024 que institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Altaneira e adota servidor responsável outras providências. Após a leitura do parecer favorável pela aprovação, o relator substituto, vereador Professor Nonato, registrou que não iria discutir a matéria, limitando-se a orientar a bancada do PT, da maioria, a votar favoravelmente. Não havendo discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 3: Parecer, favorável pelo provimento, do Vereador Professor Nonato, referente ao Processo Administrativo nº 001/2026, da Presidência da Casa, referente a Destituição do Relator da Comissão Permanente. Após a leitura do parecer favorável pelo provimento, o relator substituto, vereador Professor Nonato, destacou que a



matéria deve ser lidada com sabedoria, arguindo que também devem ser analisados fatos vivenciados no dia a dia da Casa. Ressaltou a importância da presença do secretário e relator titular da Comissão, mencionando assim, que gostaria também que o presidente da Comissão estivesse presente para o debate, a fim de evitar posicionamentos meramente políticos, diante da relevância do tema. Em sua fala, apontou a necessidade de coerência nos critérios adotados, criticando o uso de “dois pesos e duas medidas” quanto às justificativas de ausência em reuniões da Comissão Permanente. Citou como exemplo a situação da semana passada quando, o vereador Paulo Robson, presidente da Comissão, informou, por meio de mensagem via *WhatsApp*, que não iria participar da reunião porque estaria em reunião em Fortaleza, afirmando ainda que o mesmo “achou ruim” porque a Comissão se reuniu. Por isso, afirmou achar uma contradição de que a comunicação via *WhatsApp* seja aceita e válida para o vereador presidente, mas não para outro vereador membro da Comissão. O parlamentar também mencionou que, em diversas ocasiões, as comunicações de presença e ausência ocorreram por meio do mesmo instrumento, sendo prática recorrente entre os membros da Casa. Ressaltou, ainda, que ausências por motivos profissionais, especialmente na área da saúde devem ser consideradas, como no caso do Vereador Júnior do Povo que, segundo afirmou, sem querer fazer julgamento político, foi colocado de plantão justamente na sexta-feira para ser impedido de ir à reunião da Comissão. Afirmou que chegou a hora de os vereadores “pararem de fazer teatro” e de fazer falas em defesa de pequenos grupos, ressaltando que na Casa os parlamentares discutem e defendem a vida dos munícipes altaneirenses. Acrescentou que, em diversas ocasiões, seu grupo votou matérias, inclusive de ordem financeira, para ajudar a administração a cumprir com seu dever. Reafirmou que sua posição não se baseia em questões políticas, mas na adoção do mesmo critério de justificativa utilizado por todos os parlamentares. Destacou que, se as justificativas por mensagem são aceitas para uns, devem ser igualmente aceitas para os demais. Manifestou-se favorável à manutenção do vereador Júnior do Povo na função de relator e orientou que a bancada do PT, da maioria, também vote de forma favorável ao parecer. Na discussão da matéria, a vereadora Tia Janne iniciou sua fala registrando indignação com o que classificou como hipocrisia de alguns parlamentares. Destacou que o vereador Paulo Robson havia justificado sua ausência, ressaltando seu compromisso e dedicação ao trabalho, bem como o fato de ser pai de um filho atípico, tendo, na ocasião, precisado se ausentar para acompanhá-lo em consulta. A vereadora afirmou que considerou desrespeitosa a postura de colegas que, segundo ela, aproveitaram a situação para atribuir irresponsabilidade ao parlamentar, destacando ainda que ele havia comunicado previamente, em grupo de *WhatsApp*, sobre a possibilidade de realização da reunião, sem obter resposta. Em sua manifestação, criticou o que chamou de aproveitamento da situação por parte de um colega para proferir falas, e declarou seu voto contrário, justificando que havia descompromisso e ausências que vinham causando prejuízos ao andamento dos trabalhos, especialmente no que se refere às pautas, gerando atrasos. Acrescentou que, por diversas vezes, os trabalhos da Casa eram confundidos com politicagem. Por fim, mencionou que o parlamentar em questão frequentemente afirmava que deixaria a relatoria, concluindo que, em sua avaliação, este seria o momento adequado para isso, ressaltando que, se dependesse de seu posicionamento, a saída já deveria ter ocorrido. O vereador Júnior do Povo cedeu aparte para o vereador Professor Nonato, que afirmou que estavam presentes oito vereadores na sessão e que compreendia que a fala da vereadora Tia Janne teria sido direcionada à sua pessoa, em razão da leitura do parecer. Ressaltou, contudo, que, em nenhum momento, utilizou o termo “irresponsabilidade” ao se referir ao vereador Paulo Robson. Dirigindo-se à vereadora, solicitou que fosse identificado, em sua fala ou no relatório, onde teria utilizado tal expressão, afirmando que não atribuiu qualquer juízo dessa natureza ao colega parlamentar. Acrescentou que, inclusive, mencionou que o vereador não se encontrava presente, mas que gostaria que estivesse. Destacou ainda que o uso de mensagens de *WhatsApp* para justificativas é prática comum entre os vereadores, sendo, inclusive, por ele também utilizada e considerada válida. Por fim, pediu que não fossem atribuídas a ele palavras que não proferiu, ressaltando a importância de não repassar à comunidade informações incorretas e atribuí-las a ele, afirmando que essas palavras serão atribuídas à ela própria, que foi quem utilizou o termo. Concluiu afirmando que, caso as palavras



não sejam dela, que haja retificação em momento oportuno, registrando ainda, que a correção de um erro é a maior virtude de um cidadão. De volta com a palavra, o vereador Júnior do Povo agradeceu ao vereador Professor Nonato pela sensatez na relatoria e criticou a postura da vereadora que o antecedeu, afirmando que, em sua opinião, faltou a mesma sensatez, chegando a declarar que a mesma seria “pau mandado”, tendo que agir conforme orientação de terceiros. Destacou que exerce seu mandato por vontade popular, sem apadrinhamento político ou ocupação de cargos na gestão, ao contrário do que afirmou ocorrer com a vereadora, mencionando que esta possui seu marido como subsecretário de transportes. Ao ser interrompido, pediu respeito para que pudesse se manifestar. Ressaltou que não possui vaidade em relação ao cargo de relator, afirmando que sua permanência na Casa não depende da função, mas do voto popular. Recordou que, em legislaturas anteriores, desempenhou suas funções sem conflitos, destacando que sempre comunicou previamente suas ausências ao presidente da Comissão, inclusive por telefone, quando impedido por questões profissionais. Afirmou que sua trajetória política é pautada no trabalho e no reconhecimento da população de Altaneira, ressaltando que está em seu segundo mandato com votação expressiva, não por apadrinhamento, mas pelo conhecimento e confiança da população em seu trabalho. Declarou que aceita com serenidade qualquer decisão quanto à relatoria, inclusive eventual destituição do cargo, mas ressaltou que seu mandato como vereador não depende dessa função, desafiando, inclusive, que lhe fosse retirado o mandato, o que somente poderia ocorrer por decisão popular. Destacou ainda que sua atuação política é voltada à melhoria das condições de vida da população, especialmente dos mais necessitados, e que os cargos são passageiros, devendo os parlamentares “não se alienar” e priorizar o legado e a responsabilidade com a verdade. Pontuou que não guarda mágoa dos colegas, mesmo diante de posicionamentos contrários, entendendo que cada vereador segue orientações de seus respectivos grupos políticos. No entanto, criticou o processo de destituição, afirmando que houve falhas, especialmente quanto à ausência de registro formal da não aceitação de sua justificativa, por parte do presidente da Comissão, que, segundo ele, foi apresentada. Por fim, reafirmou que continuará exercendo seu mandato independentemente do cargo de relator, agradeceu a todos os vereadores, independentemente do voto, e ressaltou que a situação vivenciada por ele hoje poderá ocorrer com qualquer outro parlamentar no futuro, encerrando sua fala apontando a falha já mencionada por ele na tramitação do processo de destituição. O vereador Sérgio Morato afirmou que o tema já vinha sendo debatido há algumas semanas. Ressaltou que, assim como mencionado por outros vereadores, seria importante a presença do vereador Paulo Robson para melhor se defender, mas, diante de sua ausência, expôs seu entendimento sobre o caso. Relatou que o próprio vereador Paulo Robson já havia informado que se ausentou em razão de consulta médica de seu filho, destacando que faria isso quantas vezes fossem necessárias. Em seguida, mencionou fala anterior sobre a existência de “dois pesos e duas medidas” quanto ao uso de mensagens de *WhatsApp*. Para exemplificar, leu mensagens enviadas pelo vereador Paulo Robson no grupo da comissão permanente, no dia 10 (dez) de março, nas quais consultava os demais membros sobre a possibilidade de cancelamento da reunião da semana, em razão da ausência de matérias em tramitação fora dos prazos regimentais. Destacou que o questionamento foi enviado às 14 (quatorze) horas e 6 (seis) minutos e, diante da falta de resposta, enviou um ponto de interrogação às 16 (dezesesseis) horas e 52 (cinquenta e dois) minutos, continuando sem resposta. Diante disso, informou que em virtude da falta de resposta dos demais vereadores, o presidente da Comissão comunicou o cancelamento da reunião. Acrescentou que, no dia seguinte, um dos vereadores respondeu à mensagem, justificando que não havia respondido anteriormente por estar ocupado. Diante disso, questionou se, ao visualizar a mensagem, não seria possível dedicar ao menos um minuto para responder, considerando tal situação incoerente. Em aparte, a vereadora Tia Janne afirmou que gostaria de falar mais uma vez sobre o que classificou como hipocrisia. Declarou que observa parlamentares que afirmam não possuir apadrinhamento político, mas que, segundo ela, além de terem sido apadrinhados, teriam recebido benefícios de forma ilícita. Diante disso, ressaltou que não admite que apontem o dedo ou façam referências ao seu esposo, destacando que ele é concursado. O vereador Júnior do Povo solicitou que a parlamentar “tirasse o dedo da sua cara” e afirmou que ela



não o fizesse, iria entrar com um processo de decoro parlamentar. Nesse momento, o Presidente Professor Deza Soares interveio na fala dos parlamentares, solicitando que, quando um vereador estiver se pronunciando, os demais não façam interferências. Orientou ainda que, caso algum parlamentar entenda ter direito de resposta, deve solicitá-lo à Presidência para que seja concedido. Também pediu que os vereadores evitem tratar de assuntos alheios à matéria em discussão, ressaltando que o tema em debate é o parecer sobre o processo de destituição, devendo as falas se restringirem a esse conteúdo. Para mais, destacou que busca sempre conduzir os trabalhos de forma democrática, mas que será necessário intervir nas falas caso haja desvio do tema. De volta com a palavra, a vereadora Tia Janne afirmou ser muito importante o respeito entre os parlamentares, destacando que a intervenção da Presidência foi de suma importância. Ressaltou que há colegas que desejam apenas se colocar como donos da razão, criticando-os, afirmando que estes não demonstram disposição para ouvir. Acrescentou que o respeito deve ser recíproco, afirmando que, com ela, “bateu, levou”. De volta com a palavra, o vereador Sérgio Morato afirmou que o vereador Paulo Robson faltou apenas uma vez à reunião da Comissão Permanente, em razão de consulta médica de seu filho, em Fortaleza. Destacou que, de forma diferente, o relator teria faltado cinco vezes. Ressaltou que os motivos das ausências estão postos para apreciação da Casa, cabendo a Mesa o julgamento, embora, segundo ele, algumas justificativas não sejam de fácil compreensão. Acrescentou que o tema já foi debatido e questionado anteriormente, tornando-se, inclusive, repetitivo. O vereador Zé de Zuza fez menção às faltas do vereador relator registradas nas reuniões da Comissão, bem como às matérias que, segundo ele, deveriam ter sido apresentadas dentro do prazo regimental. Destacou ainda que houve antecipação de matérias, sem o devido travamento das pautas após a aprovação do projeto com relatoria sorteada, razão pela qual registrou voto contrário ao parecer. O Presidente Professor Deza Soares registrou que não direcionaria seu posicionamento a qualquer parlamentar, destacando que, em razão do número de vereadores presentes, a Presidência provavelmente não votaria. Esclareceu, no entanto, o posicionamento adotado pela Presidência no referido processo. Informou que sua análise foi baseada nos autos, ressaltando a necessidade de diferenciar justificativas relacionadas ao exercício profissional do parlamentar daquelas referentes à participação em atividades institucionais da Câmara. Explicou que, quando se trata de compromissos da própria Câmara, há justificativa para ausência, inclusive em sessões ordinárias, o que difere de ausências motivadas por atividades profissionais externas. Destacou ainda que a análise do caso levou em consideração as faltas do relator constantes nos autos e que, conforme o Regimento, não foram apresentadas as comprovações exigidas, como requerimentos formais dirigidos à Presidência da Câmara, caracterizando falha por parte do relator. Acrescentou que eventuais falhas por parte do presidente da Comissão Permanente também devem ser objeto de denúncia e apuração, seguindo o mesmo procedimento, não sendo possível justificar um erro com base em outro. Reafirmou que a Presidência da Câmara adotará as mesmas medidas em situações semelhantes, independentemente de quem esteja envolvido. Por fim, ressaltou que sua atuação não teve o intuito de prejudicar ou favorecer qualquer parlamentar, mas sim de cumprir o que consta no processo, assegurando que o posicionamento de cada vereador é livre, cabendo a cada um votar conforme seu entendimento, destacando que tinha o dever de esclarecer a condução da Presidência no caso em análise. O vereador Júnior do Povo registrou que, ao analisar o parecer da Presidência que lhe foi encaminhado, não identificou a existência de qualquer ofício da Presidência da Comissão direcionado à Presidência da Casa informando a não aceitação de suas justificativas, ressaltando que, caso tal comunicação tenha ocorrido, não foi apresentada integralmente no processo. Afirmou que, em sua defesa, sustentou o entendimento de que as comunicações realizadas por meio de *WhatsApp* deveriam ser consideradas, mas que, diante da interpretação adotada, o contexto passa a ser outro. Nesse sentido, destacou que, se for para seguir rigorosamente o Regimento, as convocações das reuniões das comissões deverão ocorrer da mesma forma que as sessões ordinárias, ou seja, não por meio de aplicativos de mensagem. Acrescentou que, conforme o Regimento, as reuniões devem ser convocadas por meio de edital, com a devida publicação e indicação das pautas a serem apreciadas, procedimento que, segundo ele, não vinha



sendo adotado, já que, desde seu primeiro mandato, as comunicações sempre ocorreram via WhatsApp. Ademais, ressaltou que sua fala não tinha o intuito de influenciar o voto dos colegas, mas de apontar o que considera ser o procedimento correto, sugerindo que a Presidência poderia ter orientado nesse sentido, a fim de garantir maior regularidade nos atos da Comissão. O Presidente reforçou que a decisão da Presidência da Câmara foi baseada na análise dos autos e no que dispõe o Regimento, destacando que sua manifestação ocorreu com base nessa análise, inclusive com orientação jurídica. Ressaltou que o despacho por ele proferido esclarece os pontos do processo. Pontuou que questões de entendimento entre os membros da Comissão Permanente são de natureza interna, não cabendo à Presidência interferir nesses acordos, desde que as matérias tramitem e recebam pareceres. No entanto, esclareceu que, havendo denúncia formal, a Presidência da Câmara, juntamente com a assessoria jurídica, procede à apuração e, sendo constatada irregularidade conforme o Regimento, deve adotar as medidas cabíveis. Afirmou que não poderia tomar outro posicionamento senão aplicar o que determina o Regimento. Acrescentou que, caso também houvesse irregularidade por parte da Presidência da Comissão Permanente, esta deveria ter sido formalmente denunciada, para que fosse igualmente apurada. Por fim, esclareceu que o posicionamento da Presidência da Câmara no processo se deu com base nesse entendimento, ressaltando que a decisão final cabe a cada parlamentar, que deve analisar a matéria e votar conforme sua consciência. O vereador Zé de Zuza registrou que, conforme já mencionado, sua decisão de votar contrário ao parecer se dá, principalmente, em razão do adiantamento de matérias após o sorteio das relatorias, destacando que, anteriormente, essas matérias permaneciam travadas. Ressaltou que sua posição não se baseia em qualquer alegação de perseguição pessoal contra o vereador, mas sim na forma como os procedimentos vêm sendo conduzidos. Acrescentou ainda que, conforme seu entendimento do Regimento Interno, após determinado número de faltas — 5 (cinco) cinco ou 6 (seis) — não seria permitido manter a situação, devendo, nesse caso, serem adotadas as providências cabíveis, reiterando seu voto contrário ao parecer. O Presidente esclareceu que a decisão da Presidência já havia sido tomada com base nas faltas do relator, que foram contabilizadas em cinco intercaladas, destacando que, de forma consecutiva, o limite seria de três, tendo a decisão sido fundamentada nesses critérios. Reiterou que, caso haja descumprimento também por parte do presidente da Comissão, havendo comprovação de irregularidade, deve ser formalizada denúncia para que a Presidência da Câmara proceda à devida apuração e adote as mesmas providências. Após, o vereador Professor Nonato, como líder da bancada, orientou sua bancada do PT, da maioria, que votasse favoravelmente ao parecer. O Presidente esclareceu que quem votasse a favor estaria votando pela permanência do relator, vereador Júnior do Povo, e quem votasse contra o parecer estaria votando pelo seu afastamento da função de relator. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação nominal através do sistema nominal de votação, tendo obtido o seguinte resultado: Votos favoráveis: Vereadores Júnior do Povo, Paulo Geaneo e Professor Nonato. Votos contrários: Vereadores(as) Professora Ana Maria, Sérgio Morato, Tia Janne e Zé de Zuza. Matéria desaprovada pela maioria. Item 4: Projeto de Indicação nº 003/2026, de autoria da Vereadora Professora Ana Maria, que institui, no âmbito do Município de Altaneira - CE, o Programa de Formação em Práticas Humanizadas para o Atendimento à Pessoa Neurodivergente, voltado aos agentes da segurança pública municipal e aos profissionais da educação, e dá outras providências. Após a leitura da matéria, a autora da mesma realizou a leitura da justificativa, informando que o projeto de indicação tem como objetivo sugerir ao Poder Executivo a criação de um programa de formação em práticas humanizadas voltado ao atendimento de pessoas neurodivergentes, com foco na qualificação de agentes da segurança pública e profissionais da educação, visando uma atuação adequada, ética e inclusiva. Destacou que a proposta surge da necessidade de aprimorar o atendimento a essas pessoas, considerando suas especificidades, garantindo o respeito aos direitos fundamentais, à dignidade da pessoa humana e aos princípios da inclusão e acessibilidade. Ressaltou que a ausência de capacitação pode resultar em abordagens inadequadas, com possíveis prejuízos à integridade física e emocional desses cidadãos. Acrescentou que a iniciativa busca promover formação técnica e humanizada, além de fortalecer a atuação

Ausoso

SA

Professora Ana Maria

A

Nonato

A

A

Ana Maria



integrada entre as áreas envolvidas, contribuindo para a prevenção de conflitos e melhoria dos serviços públicos. Em seguida, complementou sua fala destacando a importância da capacitação, especialmente para profissionais da segurança pública e vigilantes das escolas, que muitas vezes não possuem preparo para lidar com pessoas neurodivergentes em situações de ocorrência. Ressaltou que o conhecimento permitirá identificar sinais comportamentais e necessidades específicas, garantindo abordagens mais adequadas e seguras. Enfatizou ainda que o projeto contempla a inclusão de pessoas com transtornos como TEA, TDAH, deficiência intelectual e outras condições do neurodesenvolvimento, contribuindo para a proteção da integridade física, emocional e social desses indivíduos, além de reduzir situações de risco, conflito e violência. Por fim, destacou que a proposta prevê formação com carga horária teórica e prática, beneficiando tanto os profissionais quanto a população atendida, e solicitou o apoio dos vereadores para a aprovação do projeto, ressaltando sua relevância para o município. Na discussão da matéria, a vereadora Tia Janne parabenizou a autora pelo projeto, classificando-o como relevante. Destacou que as pessoas neurodivergentes necessitam de atendimento humanizado e especializado, ressaltando que a proposta contribuirá para a qualificação dos profissionais da educação e da segurança pública que atuam diretamente com esse público. Afirmou que a capacitação é fundamental para garantir um atendimento adequado, adaptado e especializado, beneficiando as pessoas que necessitam desse acompanhamento. Ao final, reiterou suas congratulações à vereadora Ana Maria pela iniciativa. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Item 5: Requerimento nº 023/2026, de autoria do Vereador Professor Nonato, solicitando que seja realizado o roço da vegetação nas margens da Rodovia CE-388 (Segmento 388ECE0030), entre as cidades de Altaneira e Nova Olinda. Após a leitura da matéria, o autor registrou que o requerimento foi apresentado a partir de solicitação da professora Leocádia, proprietária de um estabelecimento na localidade Poça, juntamente com seu esposo Adriano. Informou ainda que, após o pedido, passou a observar com mais atenção a situação da rodovia, da qual é usuário frequente, destacando que se desloca semanalmente para o município de Juazeiro do Norte, onde é professor concursado, transitando diversas vezes pela estrada Altaneira–Nova Olinda. Relatou que, além das obras em andamento, há problemas como o crescimento de mato nas margens da via, especialmente no período de inverno, o que compromete a visibilidade e a segurança dos usuários. Ressaltou que se trata de uma estrada estreita, com curvas acentuadas e histórico de acidentes, o que aumenta a preocupação de quem trafega pelo local. Destacou ainda a existência de cortes no asfalto para passagem de água e trechos já deteriorados, somados à falta de limpeza das margens, agravando as condições de tráfego. Diante disso, solicitou o apoio dos vereadores para a aprovação do requerimento, visando garantir melhores condições de segurança viária. Acrescentou que, caso a matéria não seja aprovada, informará à população que apresentou o requerimento, mas que não obteve apoio da maioria, ressaltando que sua intenção é contribuir com melhorias para a população de Altaneira. O Presidente Professor Deza Soares manifestou apoio ao requerimento, informando que também trafegou recentemente pela referida rodovia e constatou a necessidade das melhorias apontadas. Destacou que, ao verificar a situação, tomou conhecimento de que a matéria já havia sido apresentada pelo vereador Professor Nonato, ressaltando que o requerimento é oportuno e necessário. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Item 6: Requerimento nº 024/2026, de autoria dos Vereadores Júnior do Povo, Paulo Geaneo e Professor Nonato, solicitando que seja expedida convocação ao servidor público Antônio Naurício Bezerra de Sousa, ocupante do cargo de Diretor de Fiscalização de Contratos da Secretaria de Administração e Finanças, para comparecer no Plenário desta Casa Legislativa, com a finalidade de prestar esclarecimentos acerca do acompanhamento das execuções contratuais, firmadas pelo Município de Altaneira. Após a leitura da matéria, o vereador Professor Nonato destacou que não é a primeira vez que vota pela convocação de servidor a esta Casa, lembrando que, no ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), foi apresentado requerimento pelos então vereadores Ariovaldo Soares, Valmir Brasil e Roberci Vânia de Oliveira

Ana Maria

Tia Janne

Professor Nonato

Deza Soares

Professor Geaneo

Júnior do Povo

Paulo Geaneo

Franca



convocando a então secretária Zuleide Ferreira para prestar esclarecimentos sobre procedimento licitatório. Ressaltou que, à época, mesmo sendo vereador da base do governo, votou favoravelmente, por entender que cabe ao responsável pelo setor prestar as informações necessárias à população. Afirmou que os vereadores são cobrados pelo povo e têm o dever de acompanhar, fiscalizar e buscar respostas, defendendo que, no caso em discussão, o ideal teria sido a aprovação do convite, para que o responsável viesse à Casa na condição de convidado, prestando esclarecimentos sem a necessidade de medidas mais rigorosas. Relembrou a discussão de requerimento de convite na sessão anterior e destacou que a matéria não trata apenas de pedido de informações, mas da necessidade de esclarecimentos sobre contratos e processos licitatórios. Desse modo, citou cláusula de edital que veda a subcontratação do objeto contratual, afirmando que, no decorrer da análise, foram identificadas possíveis subcontratações de empresas para prestação de serviços em eventos do município. Em sua fala, mencionou expressamente os contratos firmados entre a empresa Realize e a Prefeitura Municipal de Altaneira, ressaltando que há diversos itens que necessitam de esclarecimento. Como exemplo, apresentou questionamentos sobre contratos firmados, mencionando a licitação de aproximadamente 79.000 (setenta e nove) mil unidades de água para utilizar em um evento no ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), ao mesmo tempo em que há relatos de falta de água em alguns estabelecimentos, falta de soro no hospital, situações de exames e consultas, afirmando quem autorizou tal contratação foi o Naurício, questionando com base em quais critérios isso teria ocorrido. Também mencionou contratos relacionados à estrutura de eventos, com valores de três itens sendo: R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais), R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais) e outro de R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais), bem como a contratação de geradores com custos de diárias que variam entre quatro e cinco mil reais, sendo que, em um dos casos, o equipamento teria sido licitado para funcionamento por vinte e dois dias, além de outro período adicional de nove dias, totalizando os valores de R\$ 89.711,16 (oitenta e nove mil, setecentos e onze reais e dezesseis centavos) e R\$ 46.111,00 (quarenta e seis mil e cento e onze reais). Informou que há uma licitação no valor de R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais), informando que, desse empenho, já foram pagos mais de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), indagando quais serviços estariam sendo custeados, especialmente considerando que parte dos artistas teria sido paga por meio de outros recursos, como emendas parlamentares. Por fim, afirmou que não gostaria de estar tratando dessas questões, mas que o faz por considerar necessário esclarecer os fatos à população e que apenas o diretor da fiscalização de contratos poderá responder, destacando que eventuais críticas não devem desvirtuar o foco da discussão, que, segundo ele, são os contratos firmados, incluindo os celebrados com a empresa Realize, e a correta aplicação dos recursos públicos. Na sequência falaria o vereador Júnior do Povo, porém, o mesmo fez uma "permuta" com o vereador Paulo Geaneo e o mesmo foi uso da fala lembrar seu mandato no período de 2020 (dois mil e vinte) a 2024 (dois mil e vinte e quatro), destacando que, à época, foram apresentadas diversas matérias nesse sentido na Casa. Mencionou, inclusive, que votou em matérias das quais hoje se arrepende, como no caso das emendas impositivas, afirmando que, por ser "marinheiro de primeira viagem", acabou acompanhando posicionamentos, mas que, atualmente, atua conforme seu próprio entendimento. Recordou ainda situações anteriores em que votou favoravelmente a convites de gestores para prestarem esclarecimentos na Câmara, citando o caso da ex-secretária Zuleide Ferreira, bem como do ex-secretário Humberto, ressaltando que, mesmo sendo da base, não houve resistência ao convite. Por fim, afirmou não compreender o que classificou como "blindagem" no caso atual, defendendo que o responsável deveria comparecer à Casa para prestar os devidos esclarecimentos, acrescentando que quem assina documentos, deve saber do que se trata, principalmente servidor público. Afirmou acreditar que Naurício está sendo mal orientado para não comparecer à Casa, todavia, informou que não ter nada pessoal contra o mesmo e registrou esperar que os vereadores se conscientizem que este é um pedido de informação, lembrando que a gestão sempre prega a transparência, porém, votando contra, como ocorreu na última sessão, segundo ele, é porque "estão escondendo alguma coisa". Em seguida, o vereador Sérgio Morato registrou que o vereador Paulo Geaneo solicitou fazer uso da palavra antes do vereador Júnior do



Povo, embora este já estivesse previamente inscrito. Diante disso, questionou se o vereador Júnior do Povo faria uso da palavra após todos os demais vereadores, sem que houvesse necessidade de consulta para alteração da ordem das falas. O Presidente Professor Deza Soares esclareceu que situações semelhantes já ocorreram diversas vezes na Casa, inclusive envolvendo outros parlamentares, como o vereador Paulo Robson. Destacou que não vê prejuízo na alteração da ordem das falas, afirmando que a posição anterior ou posterior não interfere no entendimento ou no voto de cada vereador, uma vez que cada um deve agir conforme sua própria consciência. Ressaltou que tem adotado uma postura democrática, permitindo essas concessões desde que não haja prejuízo a nenhum parlamentar. No entanto, ponderou que, caso seja o entendimento dos vereadores, poderá ser mantida de forma rigorosa a ordem de inscrição. Reafirmou que a situação não é inédita e que o direito concedido ao vereador Júnior do Povo pode igualmente ser aplicado a qualquer outro parlamentar em circunstâncias semelhantes. O vereador Sérgio Morato lembrou que os parlamentares possuem o tempo regimental de dois minutos para se inscrever e, nesse caso, quem se inscreve por último, é porque gostaria de ser o último a se manifestar. O Presidente informou que adotará a ordem de inscrição sem alteração. Contudo, como já havia ocorrido a concessão, passou a palavra ao vereador Zé de Zuza, que registrou que, mais uma vez, deixaria claro que não é contra a transparência nem contra o acesso à informação, mas que seu posicionamento se baseia no parecer jurídico emitido pelo advogado Victor Pierre, especialmente quanto à forma como o requerimento foi apresentado. Destacou que, assim como na semana anterior, votaria de forma contrária, em razão de o requerimento não atender às exigências regimentais. Citou o artigo 41 do Regimento Interno, que prevê a requisição de informações por escrito, ressaltando que, até o momento, não houve encaminhamento de ofício à pessoa que se pretende convocar, nem comunicação formal prévia. Afirmou que o parecer jurídico aponta que o mecanismo adequado seria a solicitação de informações por escrito, e não a oitiva presencial, destacando ainda que a admissão de oitiva de servidor sem previsão expressa no Regimento implicaria violação ao devido processo legislativo e extrapolação da competência da Câmara. Acrescentou que, conforme o Regimento, a convocação é restrita a determinadas autoridades, como secretários municipais, procurador-geral, controlador e ouvidor, não sendo possível ampliar esse rol por interpretação extensiva. Lembrou também que o requerimento anterior apresentou inconsistências formais, inclusive erro de digitação no nome do convocado e mencionou “convidado” e convocado” no mesmo documento, o que contribuiu para seu posicionamento contrário. Pontuou ainda que, em seu entendimento, o procedimento correto seria a comunicação prévia por meio de ofício, para que o envolvido tivesse ciência dos fatos antes de eventual convocação. Enfatizou que o primeiro requerimento sequer chegou ao conhecimento do convocado, pois foi barrado na Câmara, razão pela qual considera inadequada a forma adotada. Por isso, reafirmou que votará novamente contra o requerimento, não por ser contrário à transparência, mas por entender que o processo não seguiu os trâmites legais adequados. Arguiu ainda que buscou orientação jurídica antes de tomar sua decisão, reafirmando sua responsabilidade como parlamentar e esclarecendo que seu voto contrário não representa oposição à transparência, mas sim à forma como o requerimento foi conduzido. O vereador Sérgio Morato afirmou que a matéria já havia sido amplamente discutida na semana anterior, não havendo necessidade de novos debates. Ressaltou que os argumentos já foram expostos e que o tema já se encontra suficientemente esclarecido. Em sua fala, destacou a importância de se ter cautela ao tratar de processos de licitação, explicando que o fato de um item ser licitado não significa, necessariamente, que toda a quantidade prevista será adquirida. Exemplificou que, ao se licitar determinada quantidade de produtos para utilização ao longo do ano, não há obrigatoriedade de aquisição total, podendo ser comprada apenas a quantidade necessária. Acrescentou que, caso estivesse equivocado em sua explicação, estaria aberto à correção por parte dos colegas com maior experiência. Enfatizou que seu objetivo foi apenas esclarecer a diferença entre licitar e efetivamente comprar. Encerrou afirmando que não há negativa quanto a pedidos de informação, adiantando, inclusive, que votará favoravelmente a requerimentos futuros com esse objetivo. Pela ordem, o vereador Professor Nonato esclareceu que, embora possa não constar expressamente no Regimento



Interno, a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 29, prevê que, por deliberação da maioria dos membros, a Câmara pode convocar secretário, diretor ou equivalente, bem como o procurador-geral, para prestar informações sobre assuntos previamente estabelecidos. Destacou que o referido dispositivo também estabelece que o não comparecimento, sem justificativa aceita pela Câmara, poderá ser considerado desacato, implicando responsabilidade. Ressaltou, assim, a responsabilidade dos vereadores diante da matéria. Argumentou que a função exercida pelo convocado se enquadra como equivalente a diretor, por atuar como diretor de contratos, sendo, portanto, responsável pelas informações relacionadas aos contratos, desde a assinatura até os pagamentos realizados, inclusive até o período em que esteve no cargo, mesmo que atualmente esteja exonerado. Afirmou que, caso o convite tivesse sido aprovado anteriormente, o diálogo teria ocorrido de forma mais amigável. No entanto, ressaltou que o requerimento busca informações que, segundo ele, somente o fiscal do contrato pode prestar, uma vez que é o responsável direto pela execução e acompanhamento dos contratos. Reiterou que, com base na Lei Orgânica, há previsão para convocação de servidores para prestarem esclarecimentos à Câmara, a fim de garantir a devida informação à sociedade. O vereador Júnior do Povo afirmou que a fala do vereador Professor Nonato é pertinente, destacando que a Lei Orgânica do Município, com redação atualizada pela Emenda nº 019/2023, de 19 (dezenove) de abril de 2023 (dois mil e vinte e três), prevê a possibilidade de convocação, conforme mencionado. Ressaltou que o dispositivo está claro e acessível a todos. Esclareceu que o requerimento não se originou apenas dos vereadores presentes, mas da bancada de minoria que, segundo ele, negou informações à sociedade altaneirense. Afirmou que não adianta defender transparência sem que ela ocorra de fato, destacando que os valores envolvidos são elevados. Mencionou que a empresa Realize Empreendimentos e Serviços foi vencedora de licitação no valor aproximado de R\$ 3.851.876,48 (três milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, oitocentos e setenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), para execução de serviços no município, considerando tratar-se de montante significativo que exige esclarecimentos. Acrescentou questionamentos sobre cláusulas contratuais, especialmente quanto à vedação de subcontratação, contrapondo com situações que, segundo ele, indicariam práticas divergentes, como termos de doação associados à cobrança de serviços. Afirmou que não possui nada contra o servidor mencionado, mas ressaltou que quem assume função pública deve assumir também a responsabilidade pelos atos praticados, especialmente no caso de fiscal de contrato, responsável pela execução e acompanhamento desde a assinatura até os pagamentos realizados. Destacou que o servidor foi exonerado em 12 (doze) de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis) do cargo diretor de fiscal de contrato e, em seguida, nomeado para gerente de gestão de programas, na secretaria municipal de educação. Durante sua fala, apresentou fotos e vídeos – informando que estes são referentes a vários eventos realizados no município, desde a festa de outubro, até a festa do município, no final do ano – como forma de fundamentar seus argumentos, mostrando imagens de caminhão prestando serviço ao município sem placa de identificação, bem como vídeo em que trabalhadores estariam colocando placa no veículo em outro município, questionando se o caminhão pertencia a empresa Realize ou a MegaSom. Citou ainda equipamentos de som utilizados em eventos, como parte dos elementos que, segundo ele, necessitam de esclarecimentos. O Presidente registrou que não faria qualquer indicação de voto, esclarecendo que, nas votações ordinárias, a Presidência não vota, exceto em caso de empate, o que não ocorreria na situação em análise. Destacou que sempre se posicionou favoravelmente à transparência, especialmente por meio do convite, por entender que essa é uma forma mais adequada, permitindo que o convidado se manifeste com maior liberdade, respondendo aquilo que considerar pertinente. Ressaltou que, ao longo de sua atuação parlamentar, inclusive em gestões anteriores, sempre votou favoravelmente a requerimentos de convite e convocação, independentemente de alinhamentos políticos, afirmando que nunca se posicionou contra iniciativas voltadas à transparência. Acrescentou que, em algumas ocasiões, quando decidia a favor de proposituras apresentadas pelo ex-vereador Ariovaldo Soares, chegou a ser questionado por membros de seu próprio grupo político por adotar esse posicionamento. Esclareceu que, em seu entendimento, o procedimento adequado é inicialmente o convite e, somente em caso de não comparecimento, a



convocação, conforme previsto. No entanto, pontuou que, no caso em discussão, o convite já havia sido rejeitado, razão pela qual se passou à convocação. Por fim, reafirmou que a Presidência da Casa mantém seu compromisso com a transparência, destacando que, caso houvesse necessidade de voto de desempate, seu posicionamento seria favorável tanto ao convite quanto à convocação, ressaltando, contudo, que cada parlamentar possui liberdade para decidir conforme seu entendimento. Pela ordem, o vereador Zé de Zuza esclareceu alguns pontos, destacando a semelhança mencionada entre requerimentos anteriores e o atual. Reconheceu a experiência do presidente e o entendimento sobre o Regimento, mas enfatizou que sua análise se concentra na forma como o procedimento foi conduzido. Explicou que, no caso anterior, envolvendo a ex-secretária, o requerimento foi aprovado pela Câmara e chegou ao conhecimento da ex-gestora, que, a partir disso, passou a ter a obrigação de responder ou comparecer. Ressaltou que, naquela situação, houve a devida comunicação formal. Em contrapartida, afirmou que, no caso atual, o requerimento anterior não chegou ao conhecimento do convocado, nem por meio da Câmara nem por ofício, de modo que, até o momento, o mesmo não teria sido formalmente informado sobre o pedido. Diante disso, defendeu que, caso o convite tivesse sido devidamente comunicado e não atendido, seria cabível a convocação. No entanto, entende que, como não houve essa comunicação prévia, o convocado permanece sem ciência formal da situação. Por fim, reiterou que seu voto contrário não se dá por oposição à transparência ou à prestação de informações, mas sim pela forma como a convocação está sendo realizado. O Presidente esclareceu que o servidor não tem culpa pela situação, uma vez que não recebeu o convite, destacando que isso ocorreu porque o requerimento de convite não foi aprovado pela maioria dos vereadores. Assim, a Presidência não poderia encaminhá-lo, já que não houve deliberação favorável do Plenário. Ressaltou que a não aprovação do convite não significa que o servidor esteja protegido ou impedido de ser convocado, podendo, inclusive, ser posteriormente intimado por outros meios legais. Explicou que, quando a situação não é resolvida no âmbito do Poder Legislativo, pode haver intervenção do Ministério Público, que analisará o caso e decidirá sobre a necessidade de comparecimento. Destacou que sua fala teve o objetivo de esclarecer os fatos, reiterando que respeita o posicionamento de cada parlamentar, cabendo a decisão ao Plenário. Finalizou afirmando que, na condição de Presidente, tem o dever de agir com transparência, sem favorecer ou prejudicar qualquer lado, cumprindo seu papel institucional. Após, não havendo mais discussão sobre a matéria, o vereador Professor Nonato, líder da bancada do PT na Casa, orientou que a bancada do PT, maioria na Casa, votasse favoravelmente ao requerimento. Depois, a matéria foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo obtido o seguinte resultado: Votos favoráveis: Vereadores Júnior do Povo, Paulo Geaneo e Professor Nonato. Votos contrários: Vereadores(as) Professora Ana Maria, Sérgio Morato, Tia Janne e Zé de Zuza. Matéria desaprovada pela maioria. Pela ordem, o vereador Júnior do Povo anunciou que, diante da rejeição dos requerimentos de convite e de convocação, iniciará a coleta de assinaturas para requerer à Presidência da Casa a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), nos termos da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno. Informou que a medida tem como objetivo realizar apurações e diligências necessárias sobre os fatos, acrescentando que também encaminhará à Promotoria de Justiça a decisão da Câmara quanto à rejeição dos dois requerimentos. Destacou ainda que pretende concluir a coleta de assinaturas até a quarta-feira, protocolando o pedido na Secretaria da Casa e encaminhando posteriormente ao Ministério Público, para que tome ciência e acompanhe o desenrolar das apurações. Finalizou agradecendo e reconhecendo a sensatez do Presidente na condução dos trabalhos. O Presidente Professor Deza Soares afirmou que atuará conforme a legislação vigente, observando o Regimento Interno da Casa e a Lei Orgânica do Município. Destacou que, sendo a matéria de natureza regimental e estando prevista na Lei Orgânica, a Presidência adotará as medidas cabíveis e realizará os devidos encaminhamentos. Item 7: Requerimento nº 025/2026, de autoria dos Vereadores Júnior do Povo, Paulo Geaneo e Professor Nonato, solicitando cópia integral do Convênio de Cooperação nº 001/2025, firmado entre o Município de Altaneira/CE e a empresa MEGA SOM — José Devanilton Soares LTDA. Após a leitura da matéria e da justificativa, o vereador Júnior do Povo agradeceu a secretária pela leitura



regimental. Na discussão da matéria, a vereadora Tia Janne manifestou seu voto favorável a matéria, afirmando, sem suas palavras, “que quem mora em Altaneira, sabe que há anos, Palito, Empresário Palito do MegaSom, faz doações. Ele contribui com os eventos religiosos, esportistas. Quem não vê? Sempre viu as camisas estampadas como o nome do MegaSom. Da religião, quem não vê? A coisa mais linda do mundo. O palco, luz, tudo doado por Palito do MegaSom. Quem não já viu a maior festa evangélica da cidade de Altaneira? O cantor, da cidade de São Paulo, foi Palito do MesaSom que fez a doação. Mesmo por via por officio ou por forma formal, mas, nenhum filho de Altaneira procurou palito do MegaSom para ele dar um não. Ele tem prazer de fazer essas doações. Quem mora em Altaneira, quem tem consciência do que eu estou dizendo, sabe que eu estou falando a verdade. Estas doações vêm sendo feitas há anos. A igreja, como já falei, é onde ele faz, ele deixa história”. O vereador Professor Nonato registrou seu voto favorável a matéria, orientando ainda a bancada da maioria, bancado do PT, o voto favorável. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Item 8: Requerimento nº 026/2026, de autoria da Vereadora Tia Janne, solicitando que seja assegurada a garantia da disponibilização de 10% (dez por cento) das casas populares às mães com filhos portadores de deficiência ou TEA. Após a leitura da matéria, a autora registrou que a proposta visa garantir oportunidades às mães de crianças atípicas, solicitando a reserva de 10% (dez por cento) das moradias em programas habitacionais, como o Minha Casa Minha Vida. Destacou seu engajamento com causas sociais e ressaltou que essas mães enfrentam muitas dificuldades, frequentemente deixando de trabalhar para se dedicar integralmente aos cuidados com os filhos. Afirmou que a medida busca assegurar dignidade, segurança e melhor qualidade de vida a essas famílias. Por fim, solicitou o voto favorável dos vereadores, destacando a importância da matéria e agradecendo antecipadamente o apoio dos colegas. A vereadora Professora Ana Maria parabenizou a vereadora Tia Janne pelo requerimento, destacando sua grande importância. Afirmou que a proposta representa um ato de justiça social, empatia e responsabilidade com as mães de crianças atípicas. Ressaltou que a criação de um filho já é desafiadora e que, no caso de crianças que necessitam de cuidados especiais, atenção constante e acompanhamento terapêutico, as dificuldades são ainda maiores. Destacou que a garantia de moradia adequada é essencial para proporcionar segurança, estabilidade e melhor qualidade de vida a essas famílias, contribuindo diretamente para o desenvolvimento das crianças. Por fim, declarou seu voto favorável, afirmando que a medida representa uma importante conquista para essas mães e seus filhos. O vereador Júnior do Povo registrou seu voto favorável à matéria, parabenizando a autora pela iniciativa. Destacou que já havia apresentado requerimento semelhante mencionando a existência de um cadastro deixado no período de transição de gestão, e informou que buscará informações sobre a situação desses registros. Questionou o destino dos cadastros anteriormente realizados, bem como os critérios adotados para a realização de novos cadastros divulgados pela gestão, ressaltando a importância de transparência nesse processo. Afirmou que a proposta representa um avanço, embora considere que ainda seja insuficiente diante da quantidade de mães de crianças atípicas no município. Acrescentou que a iniciativa abre caminho para novos debates e medidas voltadas a esse público. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Item 9: Requerimento nº 027/2026, de autoria do Vereador Zé de Zuza, solicitando a implantação de um quebra-molas (reductor de velocidade) na localidade de Serra do Valério, especificamente no trecho compreendido entre a residência do finado Otávio e a casa de Xandoca. Após a leitura da matéria, o autor registrou que o requerimento atende a uma solicitação da população, que relata a alta velocidade de motociclistas na referida localidade, colocando em risco a segurança de crianças e também de adultos que transitam pelo local. Assim, solicitou o apoio dos colegas para aprovação. Na discussão da matéria, o vereador Professor Nonato registrou seu voto favorável, destacando seu respeito e admiração pela comunidade. Lembrou que já apresentou requerimento de sua autoria solicitando o calçamento no trecho que vai da residência da senhora Nelma até a Ladeira dos Caretas, que dá acesso ao outro lado da Serra do Valério, passando pela Lagoa. Afirmou que a solicitação de quebra-molas



é urgente e necessária para a comunidade. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente Deza Soares agradeceu a participação de todos os presentes, ouvintes e assessoria interna e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura dessa Ata que, após achada conforme, será aprovada e publicada. Sala das Sessões, 30 de março de 2026.

 









